

O surgimento das cidades é um fenômeno remoto na história humana, estando vinculado à divisão do trabalho e distinção entre as classes sociais. Sua origem pressupõe um estágio de relações em que se torna possível a produção de excedentes alimentares, bem como a emergência de uma estrutura capaz de assegurar sua transferência para os segmentos sociais que se desobrigaram da produção direta.

O período que separa estas organizações embrionárias do que hoje poderíamos designar de urbano, cujas relações são infinitamente mais complexas, é bastante extenso, marcado inclusive por hiatos, pela dificuldade que diversas sociedades tiveram em inscrever-se na história através de registros, ou mesmo pelas próprias limitações de varredura e interpretação com que a ciência contemporânea se defronta.

Neste sentido, o esforço de Jean-Louis Harouel em resgatar a história do urbanismo nos fornece indicativos preciosos sobre a dimensão material e organizacional de algumas das principais cidades ocidentais, visto debruçar-se sobre sua evolução a partir da Grécia antiga.

Neste corte temporal, parte da concepção de cidade elaborada pelos filósofos gregos, resgatando Hipócrates, o primeiro pensador envolvido com a investigação dos efeitos que a natureza (vento, solos etc.) tinha sobre a saúde e moral dos habitantes. Mas foi somente no século IV a C. que os filósofos gregos inauguraram uma verdadeira reflexão urbanística.

Platão preconizou uma cidade cujas condições físicas estivessem adequadas ao perfeito equilíbrio físico-psíquico dos cidadãos. Aristóteles insistiu no cuidado que se deveria ter com a escolha do sítio urbano, devendo este estar próximo tanto do campo quanto do mar, privilegiando assim o abastecimento e a circulação. As ruas deveriam ser retas, a cidade deveria ser separada por setores de atividades.

Ambos reclamaram a necessidade de separar o econômico do político, razão pela qual preconizaram a existência de duas praças, uma de domínio público e a outra destinada ao comércio. Estes filósofos fizeram emergir um verdadeiro direito urbanístico, voltado à proteção do espaço público contra os empreendimentos particulares.

Harouel salienta que, para os gregos, fundar uma cidade era um ato político, mas que não excluía o religioso, uma vez que a religião, o culto aos deuses se constituíam num dos fundamentos da *polis*. Para os romanos, a fundação de uma cidade se dava a partir do respeito a alguns rituais, daí a sua leição sagrada.

As cidades romanas caracterizaram-se pelos traçados ortogonais, aparentemente herdados do urbanismo grego. Durante o império romano, a cidade passou por períodos de intensa degradação e reurbanização, o qual teve que criar estratégias para conciliar as políticas de urbanismo com o direito de propriedade privada. As muralhas, a princípio construídas dentro da perspectiva do *limitatio* (limites da cidade estabelecidos pelos rituais de fundação) foram reafirmadas pela insegurança provocada pelas grandes invasões que, paulatinamente, levaram as cidades ao declínio.

Segundo o autor, até o século XIV, a cidade não privilegiou a estética. O renascimento rompeu com o urbanismo medieval, elaborando a concepção intelectual do espaço urbano a ser projetado sobre o real, aplicável apenas às novas cidades. Foi somente no século XVIII que passou-se a utilizar a planificação a fim de remodelar as cidades já existentes, cuja riqueza arquitetural não só era equivalente, mas também refletia o poder dos nobres.

Este período, que corresponde ao apogeu do urbanismo clássico, privilegiou a limitação das cidades, para que elas não perecessem em virtude de seu próprio gigantismo. Impôs-se o traçado regular, as ruas deveriam ser alinhadas e alargadas. Em *História do Urbanismo*, a uniformidade das fachadas é tida como uma necessidade da cidade em posar de teatro: esta impôs uma produção urbana onde a aparência era essencial. Os moradores poderiam construir como quisessem, desde que respeitassem a unidade externa, as fachadas, que não eram passíveis de modificação.

<sup>7</sup> Resenha elaborada como atividade da Disciplina Urbanização e Produção da Cidade, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

<sup>\*\*</sup> Doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – 19060-900 – Presidente Prudente – SP – Brasil.

Para o autor, é somente no século XVIII que o urbanismo incorpora três preocupações básicas: segurança, circulação e estética. O verde agregou-se à cidade, o interesse público defrontava-se cada vez mais com os interesses particulares, contrários a qualquer interferência no parcelamento do solo e regulamentação das construções.

Com a industrialização, as cidades sofreram como nunca o impacto do gigantismo, pois o aumento da produtividade expulsou imensas camadas da população camponesa para as cidades, impondo-lhes condições desumanas de existência.

A cidade se modificou espaço-socialmente. A verticalização se impôs, destruindo a essência da cidade de outrora; os pobres foram expulsos para a periferia, se concentrando de forma descontínua ao redor das estações de trem e bonde, as quais viabilizaram a nova morfologia urbana, baseada na dispersão.

A *História do Urbanismo* resgata este momento de intensa complexidade, no qual emergiu o urbanismo moderno, que ainda sofreu um impacto extra com o surgimento do automóvel, face a viabilização do transporte individual, que imprimiu nova lógica ao urbano. De forma tênue na Europa e intensa nos Estados Unidos, inverteram-se alguns fluxos, visto que as classes abastadas se deslocaram para longe do centro, em busca de mais espaço verde e melhor qualidade de vida.

Assim, no século XX a cidade assume um caráter paradoxal: a segregação espacial deixa de ser definida a partir do raio da cidade. Há todo um movimento pela anti-cidade, pois o centro se desdobra em vários subcentros, que roubam a função hegemônica e centralizadora de outrora.

Para Harouel esta é a cidade técnica, projetada para o automóvel, para a indústria, para o avião. A estética modernista a base da racionalidade e austeridade vem acompanhada pelo desprezo à cidade antiga.

É neste contexto que em 1933 alguns arquitetos produziram a Carta de Atenas. Grandemente influenciada por Le Corbusier, a mesma preconiza a verticalização impiedosa da cidade, privilegiando-se a moradia coletiva em imensos blocos verticalizados cercados de verde. A rua é abolida como espaço de consumo coletivo, transforma-se meramente numa via de circulação, numa cidade rigorosamente dividida em zonas.

De acordo com Harouel, esta corrente do urbanismo é a que mais se impõe, produzindo o espaço para o homem máquina da era industrial, na qual a arquitetura baseia-se na superioridade produtiva e pouco estética do cimento armado.

A *História do Urbanismo* aborda, assim, a desumanização da cidade. Os efeitos se traduzem na eliminação do convívio social, aumentando a angústia, a solidão, a criminalidade, próprias de um co-habitar que exclui a identificação com o espaço partilhado. Jean-Louis Harouel chega a acenar com a inexorabilidade deste modelo, pelo aumento da produtividade e diminuição dos custos que a modernidade impõe.

O autor contempla a morfologia e aspectos legais do urbanismo grego, romano, medieval, clássico e moderno, mas não analisa a produção da cidade a partir das amplas relações sociais e de classe que a permeiam. Há também um Eurocentrismo pouco dissimulado, visto limitar-se quase que exclusivamente a este continente e sua arraigada ótica.

A ressalva não visa absolutamente questionar sua contribuição para a compreensão do urbano, sendo talvez oriunda de nossa vivência "periférica", que não nos permite analisar as cidades e seus problemas de forma descolada, como o faz o autor, ao atrelar os problemas das cidades do terceiro mundo ao que ele chama de descontrole de natalidade, não tocando nos fatores estruturais da pobreza, que não são definidos nem tampouco beneficiam apenas as elites da periferia do sistema.